

Teoria e Prática da Ciência Política

Kelly Cristina Campones
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Kelly Cristina Campones

(Organizadora)

Teoria e Prática da Ciência Política

Atena Editora

2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T314 Teoria e prática da ciência política / Organizador Kelly Cristina Campones. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-023-0

DOI 10.22533/at.ed.230182812

1. Ciência política. I. Campones, Kelly Cristina. II. Título.

CDD 320.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra: “Teoria e Prática da Ciência Política” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora que, em seu I volume, apresenta, 19 capítulos os quais possibilitam compreender e contextualizar as teorias políticas, sociais e educacionais que corroboram com campos de estudo tais como: da história, da administração pública, do direito, dos estudos voltados a economia, da educação, entre outros.

Compreende-se que, ampliar os conhecimentos acerca das teorias e práticas políticas possibilita ao leitor ressignificar conceitos e/ou (pré) conceitos existentes e sobretudo, da compreensão da (re) estruturação social abordadas.

Ressalta-se ainda, que o estudo dos autores apontados nesta obra é condição “cinequanon”, diante de um cenário que, envolve toda a luta histórica existente e que, permanece ainda tão conflituosa. Desta forma, os estudos escritos possibilitam a compreensão do funcionamento bem como, da estrutura e organização do Estado e suas múltiplas possibilidades especificamente descritas e compreendidas neste e-book, a partir dos anos de 1981 a 2015.

Ademais, enquanto sujeitos históricos e atuantes da sociedade desenvolver pesquisas voltadas e essa temática preconiza possibilidade de uma atuação “diferenciada” sendo capaz de trazer reflexões críticas pautadas no desenvolvimento político, econômico e social.

Cabe aqui também, agradecer aos autores dos diversos capítulos, pelo esforço e dedicação que implicam subjetivamente um objeto de pesquisa e, que se propuseram a retratar de forma tão ética e cuidadosa os aspectos diversos que compõe a esfera política.

Diante disso, esperamos que este e-book possibilite a incursão e anseio de mais pesquisadores para a escrita de trabalhos que agreguem no campo da: Teoria e Prática a Ciência Política, assim como as que estão estabelecidas nesta obra.

Boa leitura!

Kelly Cristina Campones

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	8
EVANGÉLICOS E A DITADURA NO BRASIL: A FAMÍLIA EVANGÉLICA CONTRA O COMUNISMO	
João Luis Binde André Valente do Couto José Vinicius da Costa Filho Ivo Assunção Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2301828121	
CAPÍTULO 2	24
DEMOCRACIA E CULTURA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL NO PÓS-1985: TEM A ABERTURA POLÍTICA BRASILEIRA INFLUENCIADO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS GAÚCHOS?	
Simone Piletti Viscarra	
DOI 10.22533/at.ed.2301828122	
CAPÍTULO 3	51
CONSTITUIÇÕES DO BRASIL REPÚBLICA: O TRABALHADOR COMO CIDADÃO DE DIREITO À SAÚDE	
Fernanda Cristina Foss De Zorzi Angela Quintanilha Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.2301828123	
CAPÍTULO 4	67
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 COMO JUSTIÇA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Leilianne Francielle Silva, Luis Felipe Andrade Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.2301828124	
CAPÍTULO 5	76
DEMOCRACIA, BUROCRACIA E TECNOCRACIA: TENSÕES DO PROJETO MODERNO	
João Roberto Gorini Gamba	
DOI 10.22533/at.ed.2301828125	
CAPÍTULO 6	94
DEMOCRACIA E REBELDIA POPULAR NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	
Mônica Dias Martins	
DOI 10.22533/at.ed.2301828126	
CAPÍTULO 7	108
EMPRESÁRIOS NA POLÍTICA BRASILEIRA: A RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS SOCIOECONÔMICOS DETIDOS E CARREIRA POLÍTICA DESEMPENHADA, 1990-2015	
Icaro Gabriel da Fonseca Engler	
DOI 10.22533/at.ed.2301828127	

CAPÍTULO 8	126
O BRASIL COMO POTÊNCIA REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL: UMA ANÁLISE DA LIDERANÇA BRASILEIRA DURANTE OS GOVERNOS LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF	
Patricia Nasser de Carvalho Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.2301828128	
CAPÍTULO 9	145
O PODER LEGISLATIVO E A REFORMA INSTITUCIONAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PROPOSTAS DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS	
Lisiane Granha Martins de Oliveira Lucilly Maria Caetano de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.2301828129	
CAPÍTULO 10	172
HERANÇA IBÉRICA, <i>JEITINHO</i> E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	
Leandro do Nascimento Rodrigues Martin Adamec Willian Washington Wives	
DOI 10.22533/at.ed.23018281210	
CAPÍTULO 11	193
MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS, FIDELIDADE E JANELA ELEITORAL: IMPACTO DAS DECISÕES JUDICIAIS NOS PARTIDOS POLÍTICOS	
Juliane Sant'Ana Bento Ana Paula de Almeida Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.23018281211	
CAPÍTULO 12	205
A (DES)ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DE POLÍTICAS SOCIAIS E DE SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO DOS PROGRAMAS DE GESTÃO SOCIAL EM TERRITÓRIOS PACIFICADOS	
Daniel Ganem Misse	
DOI 10.22533/at.ed.23018281212	
CAPÍTULO 13	222
A ELITE JUDICIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
José Vinicius da Costa Filho Ernani Rodrigues de Carvalho Neto João Luis Binde André Valente do Couto Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23018281213	
CAPÍTULO 14	239
POLÍTICA PÚBLICA DE MÉTODOS CONSENSUAIS E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO	
Celso Antônio Coelho Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.23018281214	

CAPÍTULO 15	254
MODELOS DE ANÁLISE INSTITUCIONAL: ALTERNATIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS PARA SE FAZER POLÍTICA COMPARADA.	
Rafael Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.23018281215	
CAPÍTULO 16	269
A EDITORA VOZES, A IGREJA E O REGIME MILITAR NO BRASIL	
Egberto Pereira dos Reis	
Jorge dos Santos Gomes Soares	
DOI 10.22533/at.ed.23018281216	
CAPÍTULO 17	288
A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA	
Lucas Alberto Rosa da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.23018281217	
CAPÍTULO 18	302
CITIZEN COMMUNICATIVE ECOSYSTEM: CONFIGURATIONS OF THE CITIZENSHIPS OF THE GLOBAL SOUTH.	
Sandra Nieto Useche	
DOI 10.22533/at.ed.23018281218	
CAPÍTULO 19	321
CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.23018281219	
SOBRE A ORGANIZADORA	336

CONFLUÊNCIAS E DISSONÂNCIAS ENTRE AS TEORIAS DA DEMOCRACIA DE SCHUMPETER E DAHL: ANÁLISE DAS CRÍTICAS E ALGUNS DE SEUS IMPACTOS

Alison Ribeiro Centeno

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

RESUMO: O artigo visa apontar os principais pontos de concordância e os atritos entre o minimalismo schumpeteriano e a poliarquia – expostos, respectivamente, em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” e “Poliarquia: Participação e Oposição”. Para isso, é realizada uma recapitulação dessas obras, comparando-as e denotando os pressupostos elencados pelos célebres pensadores para o funcionamento do governo representativo, o papel do eleitor e dos partidos políticos, o grau de participação dos cidadãos e suas respectivas visões de democracia. Essa comparação é contrastada apontando os fundamentos de algumas das principais análises realizadas com críticas elaboradas sobre o procedimentalismo e a poliarquia. Através dessas perspectivas, é possível compreender os aspectos de uma política institucional reduzida à condução de um pequeno número de cidadãos, sem deixar de evidenciar as diferenças fundamentais entre o minimalismo e a poliarquia, que em pequena fricção, não deixam de estar interseccionadas.

PALAVRAS-CHAVE: minimalismo, poliarquia, democracia, eleitor, governo representativo.

ABSTRACT: This research aims to point

agreements and frictions between Schumpeter’s minimalism concept and Dahl’s polyarchy, revising Schumpeter’s *Capitalism, Socialism and Democracy* (first published in 1942) and Dahl’s *Polyarchy: participation and opposition* (first published in 1971). The recapitulation of those theories is made comparing them and denoting the assumptions made by these two important figures in the political theory for the functioning of representative government, such as the role of voters and political parties, and their visions of democracy. This comparison is contrasted with the bases of some of the main critical reviews written about the proceduralism and polyarchy. These perspectives make it possible to understand the aspects of institutional politics, reduced and conducted by a small number of people, while highlighting the fundamental differences between minimalism and polyarchy, which are repelled as much as they are interconnected.

KEYWORDS: minimalism, polyarchy, democracy, voter, representative government.

1 | INTRODUÇÃO

Separadas por três décadas desde as publicações originais de **Capitalismo, Socialismo e Democracia** por Schumpeter em 1942 e **Poliarquia: Participação e Oposição**

por Dahl em 1971, ambas as obras, em uníssono, visaram apresentar uma melhor descrição da realidade política. Dahl (1997) reforça a teoria schumpeteriana da democracia como um ideal, já que o conceito em sua plenitude, para ambos autores, faz parte de uma utopia. Enquanto Schumpeter (1961) aloca a democracia como bandeira política em busca de votos dos cidadãos, Dahl (1997) cria o termo que intitula sua célebre obra.

É justamente na grandeza da contradição e da polêmica envolta nos conceitos da democracia procedimental e da poliarquia que habitam a extensão e a importância das mesmas. Ao longo das próximas duas seções, serão analisados os principais argumentos do minimalismo schumpeteriano, da poliarquia dahlsiana e os pressupostos de ambos teóricos para melhor compreensão da democracia elencados nas obras inicialmente citadas, assim como os argumentos que fundamentam as críticas a esses trabalhos. Trazendo o conceito de opinião pública e a análise da evolução do governo representativo, objetivando complementar esses conceitos, será descrita uma síntese que aponta para as principais compreensões das teorias presentes nos livros de Schumpeter (1961) e Dahl (1997) e seus valores para interpretar a democracia mesmo após décadas de suas respectivas publicações originais.

2 | UMA SÍNTESE DA COMPATIBILIDADE DO MINIMALISMO SCHUMPE-TERIANO E A POLIARQUIA

Schumpeter (1961) elucida sua definição de democracia amplamente criticada, a partir de sua avaliação histórica dos partidos socialistas, que fizeram uso de meios segregadores, impetuosos, ou mesmo de ambos, criando uma nova elite política ao passo que promoveram a crença entre os populares de um futuro de democracia plena, com inclusão irrestrita e universal. A democracia como “método político” advém do que o autor considera essa ser o meio de decisões políticas, não podendo a democracia “mais do que qualquer outro método, ser um fim em si mesma” (idem, p. 295-296).

A democracia como método serve para a formação de governo, não havendo para o autor bases na realidade política onde essa possa ser um “governo do povo”, sendo sim o meio pelo qual através das eleições os cidadãos formam o governo responsável pela “tomada de decisões” (idem, p. 297). Para Schumpeter (1961), mesmo o voto universal carece do princípio de universalidade o qual a compreensão de democracia estaria travestida, já que esse acesso requer um patamar mínimo que diferencie quem está outorgado a dele participar, havendo assim distinção mínima por idade, efetuando um corte no acesso ao processo de escolha da representação política e da formação de governo. O pressuposto de inclusão irrestrita é confrontado com a realidade de um processo de distinção dos quais escolhem através do grande escrutínio o “governo aprovado pelo povo” (idem, p. 300).

Dahl (1997) também elenca o voto em eleições transparentes sua concepção de

poliarquia, que ligado a liberdade dos indivíduos de formular opinião e atuar politicamente – características basilares de sua teoria, expõe a realidade da democracia ‘incompleta’, onde os cidadãos “politicamente iguais” (idem, p. 25) incorporados ao processo, fortalecem o método democrático, no que a influência do voto e da manifestação levam suas questões sociais para o campo político e passam a ser consideradas dentro da esfera institucional.

Justamente pelas questões sociais que Schumpeter (1961) atribui a permanência do conceito clássico de democracia, sobretudo aos princípios religiosos de igualdade e bem coletivo, que acabam por refletir no senso comum a respeito da própria democracia, que deixa de ser vista majoritariamente como um método político, mas uma utopia a ser alcançada, que equaciona problemas e que dispõe de “valores supremos” passando também a ser utilizada como bandeira política, expondo exemplos de onde o ideal democrático foi utilizado como “um evangelho de razão e melhoramento” (idem, p. 325), ou seja, ao invés do arranjo institucional, a democracia passou a ser uma proposta de um futuro almejado.

Buscando um conceito objetivo e condizente com a realidade do processo político democrático, já que considera a maioria dos indivíduos desinteressados pelas matérias políticas no cotidiano, bem como de não disporem de competência para semelhante tarefa deliberativa, o autor vai além, elencando empecilhos à atuação política mais aprofundada do cidadão comum, como o que considera uma incapacidade de suportar pressões de grupos de interesse. O pensador austríaco associa o pensamento do eleitor ao do consumidor comum, altamente influenciável e persuasível, onde suas decisões são caracterizadas por interesses imediatos. Explica que essas características se devem a fatores como a necessidade de divisão da atenção do cidadão com matérias de seu auto interesse, não havendo assim espaço para o foco nas questões políticas; melhor então seria a garantia de competição e, conseqüentemente, espaço para renovação entre os atores políticos que se engajem no cotidiano dessa “luta competitiva pelo poder político” (idem, p. 344).

É importante realçar que por mais ‘elitista’ que possa parecer a teoria de Schumpeter (1961), o mesmo jamais aponta como competência, pontos como formação educacional ou social, tampouco padrões ou riqueza material. A política para Schumpeter (1961), deve ficar reservada aos que por ela se interessam e são capazes de atuar nesse processo, pois considera que mesmo entre os cidadãos com conhecimento, cultura e saber, há aqueles que não têm apreço pela política, sendo tão persuasíveis pelos que dominam o meio político, quanto qualquer cidadão pouco instruído educacionalmente.

Na participação dos indivíduos e na capacidade de organização desses que Dahl (1997) elenca as liberdades necessárias para o bom funcionamento da poliarquia, aprofundando seus pressupostos que englobam pontos que fortalecem a autonomia política dos indivíduos, como capacidade de organização de oposição, formação de instituições políticas, liberdade de expressão e opinião, voto secreto, dentre outros, que

estão embasados na respeitabilidade mútua entre os indivíduos na atuação política. Segundo esse, o sufrágio universal não é fator garantidor de uma melhor representação “no sentido puramente estatístico” (idem, p. 43), ou seja, uma representação numeral da sociedade nos meios institucionais. A representatividade política não poderia assim ser confundida como necessário reflexo do perfil das camadas sociais, ainda que a universalização do voto permita que haja uma aproximação característica dos representantes com os representados, tornando a política institucional menos elitizada e menos distante da realidade social.

Como posteriormente será analisado ao trazer a crítica de Pateman (1992) a essa literatura, a impressão que fica dos escritos de Schumpeter (1961) e Dahl (1997) é que esses colocam a política como uma coisa para poucos. Todavia, como recentemente descrito, o último expõe que com o sufrágio universal, o próprio processo de incorporação de diversos estratos sociais a um direito universal, abre a possibilidade para uma transformação no perfil social dos representantes. A riqueza da teoria de Dahl (1997) está nos múltiplos fatores que elenca em sua concepção de poliarquia, desde os empecilhos (competição e contestação) para uma consolidação plena da hegemonia política, bem como dos percalços que passam os setores recém incorporados a atividade política mínima – o voto, ao pleitear seu espaço na política.

De um lado, o autor reconhece que as desigualdades sociais tendem a se traduzir em diferenças políticas, dificultando preceitos de sua visão da democracia, como a capacidade de contestação e organização de grupos que estão à margem da atividade institucional política. Do mesmo modo que admite as vantagens dos afortunados e poderosos, coloca que o campo político não se compõe única e exclusivamente dos mesmos, pois fica suscetível a incorporação de diversos setores sociais que com capacidade de organização, tendo dificuldades ou não, atuam para chegar às instituições representativas, e se associam “as normas e práticas” (idem, p. 54) antes executadas pelas elites.

Schumpeter (1961) tangencia o fenômeno da fragmentação social, sem a ênfase colocada por Dahl (1997), salientando a dificuldade de se chegar ao ‘bem comum’, pois as próprias contradições entre os diversos segmentos sociais podem impedir uma decisão que tenha apoio da ampla maioria dos cidadãos. Assim, Schumpeter (1961) reforça sua proposta de um pequeno grupo escolhido pelos cidadãos, que tenderiam a melhor conduzir as decisões a um nível mínimo de consenso. Uma síntese rudimentar do minimalismo schumpeteriano, permitiria compreendê-lo como centrado no processo eleitoral, o escrutínio universal onde o cidadão eleitor escolhe seu representante entre as lideranças que competem pelos votos. Findado esse processo, a verdadeira decisão política, ao tratar dos assuntos políticos que envolvem a sociedade e os cidadãos, seriam então tratados pelos vitoriosos do sufrágio, que deliberariam sobre essas matérias.

O ponto mais polêmico nessas duas etapas, está na autonomia que Schumpeter (1961) atribui ao representante, reduzindo seu compromisso com o eleitor, dando

autonomia ao político eleito, saindo do mero papel de quem chancela o que seu grupo requer, mas sim, um político outorgado por esse mesmo grupo para atuar politicamente de maneira soberana, descompromissado com seu eleitorado após sua vitória. Obviamente, o autor discorre sobre as diversas necessidades de assim o ser, pois o representante para Schumpeter (1961) necessita dessa independência, por compreender melhor que seus eleitores e de fato saber lidar com as matérias políticas, algo que fica mais evidente na frase do próprio autor, para quem “a democracia é o governo dos políticos” (idem, p. 346).

Dahl (1997) atribui maior ênfase à participação, dando um papel mais ativo aos cidadãos, logo, a poliarquia não pode ser compreendida como puramente procedimentalista. O autor não atribui ao cidadão o mero papel de outorga aos profissionais da política para atuação livre, inclusive, os princípios de inclusão, informação e liberdade, permitem (ainda que não diretamente assim descrito pelo autor), compreender a poliarquia como uma teoria que engloba a atuação política para além do campo institucional da política. O teórico norte americano é enfático ao tratar em diversos pontos de sua célebre obra, a importância da liberdade dos cidadãos, de formular opinião e de se expressarem, de maneira isolada ou conjunta, atuando politicamente não só com o depósito do voto. Essa dissonância entre ambos pensadores se torna um dos pontos críticos de contraste entre os mesmos, reforçada quando Dahl (1997) coloca como essencial o respeito do governo às preferências dos cidadãos.

Ainda que Dahl (1997) não seja específico a respeito da necessidade de o político (isolado) eleito considerar e seguir as preferências dos que o elegeram ou da opinião pública, tampouco dos efeitos desse desvio, as consequências dessa discordância, certamente são melhor explicitadas por Manin (1995) em sua análise das transformações do modelo representativo de governo, com as implicações e consequências de um político investido em mandato ao destoar das vontades de seu eleitorado, já que o político que ambiciona a reeleição, tende a enfrentar problemas com seus eleitores cativos ao dessa forma agir.

A teoria da poliarquia começa justamente em consonância com Schumpeter (1961), buscando um conceito de democracia mais próximo da realidade, por estar o próprio regime democrático longe de ser uma democracia plena; todavia, Dahl (1997) dá extrema importância a outro fator de fundamental aspecto da mesma, que é a contestação pública. Logo, coloca no início de sua obra a necessidade de compreender que democratização e oposição pública são processos distintos. Essa afirmação é não apenas um dos pontos de maior aprofundamento da teoria democrática por parte do mesmo frente à Schumpeter (1961), mas também, um dos pontos chave para compreensão da própria teoria de Dahl (1997), que mesmo ao reforçar o princípio schumpeteriano de competição entre elites, aponta que esse fator sozinho não caracteriza a democracia se não houver espaço para contestação e organização de oposição, processo substancial para a democratização.

Há uma clara associação estruturada por Dahl (1997), entre o direito de participação do indivíduo e o processo inclusivo da poliarquia, fatores que progressivamente democratizam o sistema político pela via inclusiva, contanto que, novamente, a liberdade de organização de oposição, dentro ou fora do meio institucional, também esteja assegurada. Se com a inclusão, a competição tende a aumentar, conseqüentemente, de acordo com o autor, há a extensão dos segmentos sociais que antes a margem da atuação política, ao serem incorporados ao processo, passam a ter suas demandas consideradas pelos grupos políticos (ou mesmo passam a integrar os grupos políticos, ativamente).

Outro ponto notório do aprofundamento da teoria de Dahl (1997) em relação ao método procedimental de Schumpeter (1961), é a diferença a qual ambos atribuem ao sistema político partidário. O último coloca pouca importância aos partidos políticos em sua obra, os considerando meras instituições políticas que separam os interessados dos negligentes políticos. Dahl (1997), por sua vez, tonifica seu argumento de a representação política não necessariamente ser “um espelho natural, espontâneo ou inevitável das clivagens sociais” (idem, p. 207) e coloca os partidos políticos como retrato da própria fragmentação social que se refaz nas divisões políticas.

Com a extensão do sufrágio e seus impactos nos partidos políticos, esses passam a ter de tentar incorporar um maior número de eleitores potenciais. A elite política engessada se defronta com novas lideranças que ascendem dos “segmentos e camadas até então não representados” (idem, p. 43), que além de desfrutarem de espaço para tentar impor suas demandas políticas, também passam a disputar o voto e o lugar dentro dos meios institucionais.

Expostos os princípios teóricos de Schumpeter (1961) e Dahl (1997), centrados no que acreditam ambos os autores ser a democracia em sua realidade, distante dos princípios de inclusão universal, mas sim como método institucional de seleção de parcela das elites políticas por parte dos eleitores, reduzindo o papel do cidadão e dando protagonismo ao grupo que domina não apenas os métodos da política, mas, por conseguinte, a própria política, a próxima subseção terá enfoque em um conjunto de críticas ao método procedimental schumpeteriano e a poliarquia. Assim, exposições que apreciam, outras que os qualificam como elitistas, serão expostas e avaliadas, com intuito de discorrer sobre as forças desses autores sobre um pequeno fragmento das diversas escritas embasadas e impactadas por Schumpeter (1961) e Dahl (1997).

3 | ALGUMAS DAS MÚLTIPLAS CRÍTICAS À DAHL E SCHUMPETER

Na presente seção autores críticos a Schumpeter (1961), Dahl (1997) e as respectivas obras centrais estudadas na presente escrita, serão abordados com o intuito de demonstrar os aprofundamentos teóricos da relação político-representativa, do papel do eleitor e dos representantes institucionais, embasados no minimalismo e na

poliarquia. Enquanto Bobbio (1986) se aproxima do minimalismo em sua visão do papel do eleitor e reforça a relação cidadãos-representantes estabelecida por Schumpeter (1961), será feito um contraponto demonstrando a crítica de Sales (2005) ao elitismo schumpeteriano. Champagne (1998) e Manin (1995) serão revisitados para abordar o quesito da opinião pública, lacuna nas obras dos teóricos principais do presente artigo. A terceira parte enfocará na dualidade da visão de Pateman (1992) e Bresser-Pereira (2005a,2005b) a respeito da relação da poliarquia dahlsiana em comparação ao minimalismo schumpeteriano, passando pelo aprofundamento de Lijphart (2003) do estudo da poliarquia e concluindo com ao que aqui é pontuado como elo feito por Sartori (1994) das obras de Schumpeter (1961) e Dahl (1997).

Bobbio (1986), ao dar uma “definição mínima de democracia”, pouco aprofunda os princípios schumpeterianos e dahlsianos, lembrando que na democracia se segue um regramento onde se define através do voto quem deliberará sobre as matérias políticas, ou seja, “tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*” (*idem*, p. 18). O autor compreende o processo de democratização como a incorporação das massas através do sufrágio universal, diferentemente de Dahl (1997), não centralizando esse processo na liberdade do indivíduo, mas sim reforçando outro pressuposto da poliarquia – as alternativas lideranças a serem escolhidas pelos cidadãos, as quais Bobbio (1986) enfatiza ser necessário um número real de opções. O autor fica ainda mais próximo do minimalismo schumpeteriano, argumentando contra as manifestações centradas no aumento da participação dos indivíduos no processo decisório, proposta que considera “materialmente impossível” (*idem*, p. 42).

Como anteriormente afirmado, segundo Schumpeter (1961), quando o cidadão deposita o voto e ajuda a eleger seu representante político, esse não é eleito para reproduzir as vontades de seus eleitores, mas assim para atuar politicamente tendo sido delegado pelos mesmos. Bobbio (1986) também descreve a representação política nessas diretrizes, onde após eleito, o representante passa a dispor de autonomia, não tendo mais compromisso direto com as preferências dos eleitores; explica essa característica por uma necessidade de atuação desligada “dos interesses particulares desta ou daquela categoria” (BOBBIO, 1986, p. 47), sendo mais enfático ao renegar à representatividade como “relação fiduciária” ou como mera “representação orgânica” (*idem*, p. 48).

Esse é o mesmo caminho da leitura crítica de Sales (2005) acerca da teoria schumpeteriana, descrevendo a noção de Schumpeter (1961) de democracia como um instrumento – parafraseando o célebre pensador austríaco – não girando em torno de si, tampouco tendo como encerramento a própria democracia, mas sim como demonstrado pela autora, sendo a competição entre os que buscam o poder de tomar decisões em nome dos cidadãos. A mesma avigora seu argumento ao afirmar que no ideal schumpeteriano, ao eleitorado cabe apenas “produzir o governo, para decidir quem será o líder e aceitar sua liderança” (SALES, 2005, p. 236).

A autora vai além e propõe a considerar o “minimalismo schumpeteriano uma

teoria econômica da democracia” (*idem*), dadas as semelhanças que a descrição de Schumpeter (1961) do processo democrático, com o as relações de trocas que caracterizam o mercado, composto por ofertantes (políticos) e demandadores (cidadãos), que utilizariam como moeda de troca o voto. Tal ponto de vista de Sales (2005) a respeito da democracia procedimental não pode deixar de ser comparado ao que o próprio Schumpeter (1961), como anteriormente aqui descrito, atribuiu como consideráveis características do cidadão eleitor, incapaz de tomar decisões a respeito de temáticas relevantes do cotidiano político, justamente por agir como nas suas decisões de consumo, focado no curto prazo e sendo altamente influenciável por fatores externos.

Não havendo objetivo de julgar como correta ou não a analogia de Sales (2005), tampouco atribuir essa semelhança como princípio tomado pela autora na descrição de Schumpeter (1961) do eleitor comum, essa similaridade é pertinente para explicar a abordagem reparadora da autora a respeito do conceito minimalista. Isso tudo, obviamente, indo ao encontro com as palavras do próprio pensador austríaco, que afirma ser a democracia uma consequência do sistema capitalista.

O princípio de competição das elites pelo apoio dos eleitores (onde após a eleição, os eleitos teriam independência para atuar politicamente mesmo que de maneira contrária aos que os elegeram) é também o pressuposto da crítica de Bresser-Pereira (2005a) a Schumpeter (1961), descrevendo a visão schumpeteriana como um “desdém aristocrático” (*idem*, p. 80) pela política. Ainda assim, o autor afirma que a teoria schumpeteriana era condizente com a época a qual foi desenvolvida, considerando que com o progresso da democracia, a opinião pública ganhou notoriedade e adquiriu capacidade de influenciar as diretrizes políticas.

Champagne (1998) melhor aborda a questão da opinião pública e seu impacto na política, para o qual o ponto inicial de análise do conceito de opinião pública data do final do século XVIII, onde essa era formada pelos “letrados”, mais precisamente, dos que tinham capacidade de elaborar cartilhas e “documentos impressos” (*idem*, p. 47), um pequeno fragmento da sociedade diante da não participação da maioria absoluta da população, que ficava a margem já do próprio processo político. Até aqui, a formação da opinião pública segue um regramento muito próximo ao conceito de representatividade de Schumpeter (1961) (ainda que esse não trate abertamente do assunto), destinado e dominado aos que podem e querem atuar nele. A opinião pública, para Champagne (1998), como objeto “amplamente manipulável” (*idem*, p. 50), passou assim a servir como meio legitimador político, onde o embasamento deixa de ser o choque da força e assume o caráter de reconhecimento e familiaridade.

Com o advento dos movimentos revolucionários, a própria compreensão de opinião pública foi modificada, já que a opinião moldada pelas elites não servia aos mesmos, dando lugar a opiniões mais popularizadas, englobando comunicações e diretrizes estabelecidas pelas “minorias ativas” (*idem*, p. 54), que passaram a incorporar o processo político, com poder de voz mesmo estando fora das vias institucionais,

protestando e se manifestando publicamente. A extensão do sufrágio universal e a atuação de sindicatos e partidos trabalhistas, deram à opinião pública o caráter de advir “do próprio público” (*idem*, p. 64), sendo formulada e expressa por setores que não integram a elite econômica ou mesmo dos intelectuais.

A extensão do conceito de opinião pública faz com que essa seja de relativa dificuldade para explicar; o autor atrela a opinião pública ao que chama de “consciência política” (*idem*, p. 43), com o trabalho paralelo de atores políticos, institutos de pesquisa, cientistas políticos e o ramo do jornalismo que cobre o mundo político. A opinião pública como fator político, deriva da democracia parlamentar, “faz parte do nosso inconsciente político” (*idem*, p. 45), porém que passou por profundas transformações, assim como o sistema representativo, como descrito por Manin (1995).

Semelhantemente ao que foi sintetizado por Bresser-Pereira (2005a), e principalmente em proximidade com Schumpeter (1961), Manin (1995) coloca que ao não haver impedimentos ao parlamentar para destoar da opinião pública, esse se defronta exclusivamente com a dificuldade de pleitear reeleição, em especial se esse movimento requer ir de maneira contrária a sua base eleitoral, dando musculatura ao entendimento schumpeteriano que a representatividade não é uma mera transposição da vontade popular ao parlamento.

Para Manin (1995) as bases da representatividade política institucional não sofreram profundas modificações ao longo da história, mas sim a relação entre os representantes alçados a mandatos pelo voto e os populares que os elegem. Inicialmente, essa relação emanava de uma convivência direta entre os representantes e o pequeno grupo que tinha direito ao voto; com o advento do sufrágio universal, os partidos políticos ganham notoriedade e o foco passa a ser o líder político. Justamente nesse ponto que, assim como Schumpeter (1961), Manin (1995) aponta o desvio dos princípios da democracia dos trabalhadores, havendo sim uma formação de uma nova elite dirigente, dada a tendência de centralização dos partidos políticos.

Manin (1995) parte do ponto que a vontade popular pressiona o governo representativo e o modo como os representantes fazem a política dentro das instituições, respondendo as manifestações e a pressão da opinião pública como consequência da liberdade de expressão. Assim como Champagne (1998), reconhece na proliferação de partidos de cunho trabalhista um ponto de mudança significativa na política, que transformou o governo representativo, permitindo a possibilidade que cidadãos trabalhadores votassem em candidatos à representantes de igual origem socioeconômica. Todavia, ainda que exista essa oportunidade, o autor assegura em proximidade ao que foi exposto por Dahl (1997), que representatividade política não significa uma adaptação do corpo representativo as segmentações sociais, como um espelho da sociedade.

Justamente na distância entre eleitos e eleitores que Pateman (1992) rememora que para Schumpeter (1961) a democracia “clássica” teria ignorado o conceito de liderança, apontando a inviabilidade da plena participação, ao não terem os “clássicos”

apresentado as bases para esta. A autora reforça que Schumpeter (1961) coloca que o controle exercido pelo cidadão eleitor sobre seu líder, é a substituição por outra liderança na eleição seguinte, reduzindo o papel participativo. Semelhante ponto é relatado pela mesma sobre a poliarquia de Dahl (1997), a quem Pateman (1992) aloca como mais um entre os schumpeterianos, que veem a democracia como método político, um arranjo institucional, onde as decisões políticas são tomadas por uma minoria, compreendendo a democracia como prática do processo eleitoral, bem como da capacidade de transferência de voto na eleição seguinte, de uma liderança para outra, por parte de um eleitor eventualmente descontente com a atuação do seu líder previamente escolhido.

Para a autora, esses refutam o ideal democrático “clássico” de plena participação da população, reforçando a posição de Schumpeter (1961) quanto ao descaso da maioria pelos temas políticos e o debate cotidiano dos mesmos. Segundo Pateman (1992), para os schumpeterianos, contanto que exista a competição e a discussão, assegurados os canais para aqueles que almejem os postos de liderança, a participação da maioria estaria reduzida ao voto universal, onde a maioria escolhe seus líderes. Especificamente sobre a poliarquia de Dahl (1997), Pateman (1992) descreve que o pensador norte-americano foca sua teoria no grande escrutínio, quando os “não líderes” escolhem seus líderes, através da discussão e do confronto de políticas.

Contrariamente, Bresser-Pereira (2005b) divide as teorias de Schumpeter (1961) e Dahl (1997), por entender a poliarquia como um regime de “definição mínima de democracia” (BRESSER-PEREIRA, 2005b, p. 53), buscando diferenciar esse do minimalismo schumpeteriano, o qual reforça ser uma teoria de padrão elitista. Essa colocação do economista brasileiro é melhor abordada por Manin (1995), que como recentemente apontado, ao analisar as transformações do governo representativo, trata da mudança na relação entre representantes e representados, que inicialmente, muito próximo do conceito schumpeteriano, os primeiros tinham maior autonomia relativa em relação ao eleitorado.

Moreira (2014) também traz uma crítica mais branda a Dahl (1997), reafirmando o que o pensador norte americano apresentou como poliarquia: “ainda que imperfeita, [...] é o regime político que mais se aproxima do ideal democrático” (MOREIRA, 2014, p. 299), complementando com um dos pressupostos da teoria de Dahl (1997), situado no respeito às preferências dos eleitores. Nesse importante ponto do raciocínio a respeito da poliarquia, como exposto na seção anterior, encontra-se uma das discordâncias entre Schumpeter (1961) e Dahl (1997). O primeiro afirma de maneira enfática em sua obra, não haver a necessidade de os políticos eleitos atuarem de maneira as quais esperam seus eleitores.

Santos e Avritzer (2003) rememoram outros argumentos importantes de Dahl (1997), centrados na impossibilidade de participação democrática plena de todos os cidadãos em grandes países, sendo a representatividade “a única solução possível” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 12). Ambos argumentam que por mais real que seja

esse princípio ‘logístico’, a representação política pode falhar na sua capacidade de dar voz a minorias dentro do sistema representativo. Por mais que a liberdade e a participação permitam que essas minorias tenham espaço para manifestação, estando o poder de decisão centrado nos representantes, essas minorias tendem a ficar excluídas e podem até mesmo serem prejudicadas pelas decisões tomadas consensualmente.

Isso tudo diante do que já havia sido exposto em **Poliarquia: Participação e Oposição**, onde distinções sociais que vão além do foco econômico, influenciam e modelam as divisões políticas. Lijphart (2003) – que utilizou a mesma concepção de democracia de Dahl (1997) (estando centrada nos direitos de votar e ser eleito, e nas liberdades de reunião e expressão, estando implícito o sufrágio universal) fez uso desse argumento para embasar sua afirmação a respeito da quantidade de partidos em um sistema político correlacionado ao número de temas em debate na sociedade.

Ainda que o presente artigo não objetive tratar da análise empreendida pelo cientista político neerlandês, é importante ressaltar que quando Lijphart (2003) identifica em seu estudo das trinta e seis democracias, que nas democracias consensuais, é observável sistemas multipartidários, bem como que quando existem várias dimensões no conflito político numa sociedade, há um grande número de partidos nessa democracia, a fim de abrigar e expressar todas essas dimensões, essas trazem à realidade a teoria democrática de Dahl (1997). Como exposto por Coppedge e Reinicke (1990), a poliarquia não substituiu – sequer para efeitos de análise, a democracia. Contudo, como argumenta Bobbio (1986), as propostas alternativas que visam solucionar semelhantes problemas, se propõem apenas a “substituir uma forma de representação por outra” (*idem*, p. 49).

Diante desse contexto apresentado, **A teoria da democracia revisitada** de Sartori (1994) certamente é a que melhor enlaça **Capitalismo, Socialismo e Democracia e Poliarquia: Participação e Oposição**, centrada em eleições competitivas entre a elite política que disputa o voto dos indivíduos que desfrutam de liberdades de opinião e manifestação, em muito se assemelha aos princípios schumpeterianos e dahlsianos de democracia, como processo para “decidir sobre quem decide” (SARTORI, 1994, p. 192). Também na crítica da impossibilidade de uma democracia plena, as linhas do teórico italiano rememoram Schumpeter (1961), em especial no que a essa especifica como ideal político, fruto da “civilização ocidental” (SARTORI, 1994, p. 17). Seu conceito de “dimensão vertical da política” (*idem*, p. 181), como política hierarquizada e centralizada, vai ao encontro com uma definição de Schumpeter (1961) de democracia como mecanismo de formação do governo de políticos.

Analisando o histórico das teorias da democracia, como elucida Sartori (1994), “Dahl começa onde Schumpeter para” (*idem*, p. 211), pois o centro da teoria de Dahl (1997) está na “competição entre elites” (SARTORI, 1994, p. 211). Como bem rememora o cientista político italiano, a poliarquia serve para se opor ao idealismo democrático, o que permite reforçar a compreensão que tanto Schumpeter (1961) quanto Dahl

(1997) almejavam demonstrar a realidade política. Contudo, Sartori (1994) diz contrariamente a esses ‘aceitar a democracia’, e adotando o termo dahlsiano descreve a democracia como “uma poliarquia eleitoral” distinguindo a redundância semântica do que desconsidera como redundância teórica, pois se “poliarquia contrapõe-se a oligarquia [...] uma poliarquia sem eleições [pode] ser perfeitamente cabível” (*idem*, p. 212). Trocando em miúdos, Sartori (1994) deixa claro que se não houver no mínimo o sufrágio, a própria poliarquia inexistente como realidade democrática, valendo-se das palavras do célebre intelectual italiano: “o *demos* deve ter o poder pleno e irrestrito de escolhê-los – é preciso haver eleições regulares e periódicas” (*idem*, p. 213) pressuposto para qualquer outra preocupação de extensão da democracia.

Na presente seção, foi possível analisar poucos dos múltiplos aprofundamentos críticos, diretamente ou indiretamente impactados pelas teorias de Schumpeter (1961) e Dahl (1997). Desde a teórica inglesa Pateman (1992) até o pensador brasileiro Bresser-Pereira (2005a,2005b), há diversos autores que reprovam os conceitos apresentados por Schumpeter (1961), considerando o modo como o pensador austríaco não poupa críticas ao ideal democrático e se coloca abertamente de maneira discricionária quanto a quem compete a atuação ativa na política.

Enquanto Pateman (1992) tece críticas a Dahl (1997) e o aloca como mais um entre os schumpeterianos, o economista brasileiro busca diferenciar a poliarquia da democracia procedimental, especialmente pelo valor que a teoria dahlsiana atribui à liberdade do indivíduo. Sartori (1994), por sua vez, não apenas faz menções a Schumpeter (1961) e Dahl (1997), como se buscou apresentar, tem profundos traços do minimalismo e da poliarquia em suas escritas.

É importante ressaltar que ao trazer autores como Manin (1995) e Champagne (1998), aqui se busca colocar um fator – a opinião pública, que ao não ser ponderado como substancial, tanto na democracia procedimental schumpeteriana, quanto na poliarquia, não representa uma falha nessas teorias, mas sim, um aprofundamento da democracia e das teorias a seu respeito. Por mais divergentes que sejam as interpelações apresentadas, todas não fogem dos princípios ‘realistas’ que Schumpeter (1961) e Dahl (1997) visaram apresentar, onde concordando ou não com esses teóricos, todos os autores críticos expostos nessa seção demonstraram que o elitismo político, mesmo com o crescimento da força da opinião pública, seguiu como uma realidade vigorosa.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que Schumpeter (1961) e Dahl (1997) tenham centrado seus conceitos de democracia no processo de escolha de lideranças políticas, reduzindo a participação ativa dos cidadãos no cotidiano político, esses seguem de suma relevância, com todas as transformações do processo globalizador, para análise das democracias ocidentais,

ou como melhor pontuado pelos pensadores centrais da presente análise, do sistema político representativo. É de conhecimento que com a massificação da informação e a diversificação dos canais de exposição de opinião, o sistema representativo ocidental ainda segue a lógica da elitização da política institucional, que atua a parte do todo social, engessada e de difícil mutação.

Pateman (1992) sustenta profundas críticas aos dois protagonistas do presente estudo, afirmando que uma das motivações para a permanência desse quadro se deve ao profundo desconhecimento das massas do funcionamento do *modus operandi* da política. Soma-se a isso, ainda que respeitado o princípio da competição, quando Bobbio (1986) vai no extremo oposto de Pateman (1992) e suaviza a extensão entre a democracia representativa e a democracia plena ao considerar que a passível substituição dos representantes é um fator que reduz a distância da participação plena, desconsidera fatores como a profissionalização política, o apadrinhamento político e a circulação entre elites no poder.

Todavia, ainda que o pensamento de Pateman (1992) seja crítico e contraditório aos de Schumpeter (1961) e Dahl (1997), em um ponto a pensadora inglesa e o teórico austríaco convergem para um denominador comum, que apontado de maneiras distintas, respondem o mesmo dilema da permanência da competição entre elites e da própria profissionalização política. Enquanto Schumpeter (1961) aponta o descaso da maioria com as questões políticas, tendo de essas serem deixadas para os que não apenas se interessam, mas têm condições de atuarem nesse campo, Pateman (1992) coloca que o suposto descaso advém da falta de protagonismo da cultura política e de um processo educacional que não abriga semelhante temática.

Sales (2005) alega que Dahl (1997) e Schumpeter (1961) apresentam em comum em suas ideias a necessidade do respeito às regras do jogo democrático, que melhor exemplificado, seria a obediência ao regramento do processo eleitoral. Ainda que a autora seja feliz em sua colocação, como buscou-se elencar no decorrer do presente artigo, ambas teorias comungam em outros pontos de suma relevância, como a busca por apresentar definições de democracia mais condizentes com a realidade, já que como anteriormente afirmado, ambos pensadores são céticos quanto ao ideal democrático de plena participação política dos cidadãos.

Como exposto anteriormente, ambos – ainda que em diferente intensidade – alocam pequeno espaço em suas teorias aos partidos políticos, colocando essas instituições como recrutadoras e formadoras das elites que hão de competir pelo voto, entre a sociedade fragmentada. Obviamente, o ponto mais importante de confluência entre os pensadores está no fundamento dos governos representativos através do voto universal, reduzindo a participação plena a uma participação periódica, onde o indivíduo escolhe entre os que competem pelo direito de deliberar sobre os interesses políticos.

Schumpeter (1961) contribuiu significativamente com a teoria democrática e a compreensão do sistema político, colocando os políticos como os que passam pelo

crivo dos cidadãos que selecionam os verdadeiros protagonistas e operadores da agenda política e das matérias a serem decididas. Em contrapartida, Dahl (1997) valoriza mais o papel do cidadão eleitor que Schumpeter (1961), onde decorrente da extensão do sufrágio, as estratégias dos partidos políticos e o próprio sistema político passa por profundas transformações.

O princípio schumpeteriano de descompromisso com interesses particulares para dispor da necessidade de o parlamentar desconsiderar as preferências dos eleitores e atuar soberanamente, robustecido por Bobbio (1986) carece de realidade do cotidiano político, a perceber como exposto por Manin (1997) e Champagne (1998), o valor da opinião pública afeta à condução política. Além disso, o elitismo desconsidera um fator ainda mais forte que o da opinião pública, que é o poder dos grupos de interesse sobre os representantes, renegados por Schumpeter (1961), atuam em pequeno número e comprovam que a teórica igualdade política dos cidadãos como pressuposto para a democracia procedimental ou a poliarquia, não se traduz em realidade.

Enquanto Schumpeter (1961) cunha a frase que coloca a democracia clássica como uma utopia, designando que essa não pode ser um princípio almejado, Dahl (1997) coloca indiretamente a mesma ideia ao estabelecer que para compreender a poliarquia, é necessário distinguir esse regime não plenamente democratizado, operante graças às liberdades mínimas dos cidadãos de votar e se expressar, sendo essa última de maneira independente ou em conjunto com seus semelhantes.

A exposição de pensadores que criticam Dahl (1997) e Schumpeter (1961) visou precisamente demonstrar a riqueza de suas teorias e as implicações esperadas de conceitos primorosos, de imensurável magnitude, nutrindo análises e sendo reavaliados, atravessando décadas sem perder protagonismo dentro da Ciência Política. Até mesmo uma avaliação mais apaixonada como a de Pateman (1992), que não se furta da oportunidade de endurecer sua apreciação, buscando demonstrar os erros dos princípios que embasaram ambos teóricos ao reduzirem o papel da participação no escrutínio eleitoral, não diminui a grandiosidade dos conceitos concebidos por ambos pensadores.

REFERÊNCIAS:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Democracia republicana e participativa**. Novos Estudos, CEBRAP 71, p. 77-91, mar. 2005. Acesso em: 15 nov. 2016. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2004/04-85DemocraciaRepublicana_Participativa-CEBRAP.pdf

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construção do estado e administração pública: uma abordagem histórica**. GVPsquisa: Rio de Janeiro, out. 2005. Acesso em: 15 nov. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/3010>

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1990.

COPPEDGE, Michael; REINICKE, Wolfgang H. **Measuring polyarchy**. Studies in Comparative International Development, v. 25, n. 1, p. 51-72, 1990. Acesso em: 17 nov. 2016. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/d;jsessionid=568D6762FC5B7235A67618205CB090D0?doi=10.1.1.474.4674&rep=rep1&type=pdf>

DAHL, Robert. **Poliarquia**: Participação e Oposição. EdUSP: São Paulo, 1997.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia**: Desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, p. 5-34, São Paulo, 1995.

MOREIRA, Marcelo. **A poliarquia brasileira e a reforma política**: análise de uma contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos à Teoria Política. Rev. Dados, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 293-323, jun. 2014. Acesso em: 10 nov. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0011-5258201410>.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa, v. 1, 2003. Acesso em: 17 nov. 2016. Disponível em: <http://ces.uc.pt/bss/documentos/IntroDemoPT.pdf>

SALES, Carla V. **As máscaras da democracia**: notas sobre a teoria democrática contemporânea à luz dos eixos dahlsianos. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 24, p. 233-245, jun. 2005. Acesso em: 10 nov. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100015>

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**: O debate contemporâneo. Vol. I, ed. Ática, 1994.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1961.

SOBRE A ORGANIZADORA

KELLY CRISTINA CAMPONES Aluna especial do Doutorado (2016). Mestre em Educação (2012) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, na linha de pesquisa História e Políticas Educacionais. É professora especialista em Gestão Escolar, pela Universidade Internacional de Curitiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004) diplomada para Administração, Direção e Supervisão Escolar. Membro titular do Conselho Municipal de Educação, representando o Sistema FIEP. Membro do GEPTRADO- Grupo de Pesquisa sobre o trabalho docente na UEPG. Tem experiência como docente na: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio, graduação e pós-graduação. Atualmente é Coordenadora do Colégio Sesi Ensino Médio- Ponta Grossa e professora adjunta na Faculdade Sagrada Família com disciplinas no curso de Licenciatura em Pedagogia. Tem ampla experiência na área educacional atuando principalmente nas seguintes vertentes: ensino aprendizagem; gestão; desenvolvimento e acompanhamento de projetos.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-023-0

